

Discurso do deputado Zilton Rocha, PT, na abertura da Sessão Especial da Assembleia Legislativa da Bahia em comemoração aos 30 anos de fundação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Faced.

Atravessamos uma conjuntura de transformações e perplexidade face aos novos desafios do mundo contemporâneo. O processo de mundialização tem modificado significativamente as relações de poder entre povos, países e continentes. Conseqüentemente, vivenciamos uma tensão entre as anteriores e as atuais formas de organizações sociais, culturais, políticas e econômicas.

Os tempos atuais, marcados por políticas neoliberais, pela globalização e, sobretudo, pelas formas de reestruturação do mundo do trabalho, tem produzido uma nova sociedade mundial.

O conceito de sociedade mundial tem nos levado a refletir sobre os novos paradigmas do conhecimento, o significado das instituições e, em particular, da educação e da escola.

No Brasil, os governos federal e estadual articulam ações que fazem da educação e da escola um prolongamento da empresa privada; dos professores, peças descartáveis; dos alunos, consumidores; dos pais, clientes; e, da educação, uma mercadoria regulada pelo mercado.

Sintonizado com esse tempo histórico e reafirmando o nosso compromisso político-pedagógico, mergulhamos a fundo na tensão a que estão colocados a educação, a escola e, especialmente, as implicações na configuração da nossa sociedade brasileira.

Entendemos que essa casa, a Assembléia Legislativa da Bahia, tem uma papel fundamental diante dessa conjuntura e a homenagem que ora realizamos se constitui num compromisso cidadão, que simboliza, ao mesmo tempo, agradecimento, reconhecimento, afirmação de uma educação superior pública e gratuita.

A passagem de aniversário da Faced, além de possibilitar um grande encontro de educadores, funcionários, estudantes e outros segmentos sociais para homenagear os 30 anos de serviços prestados à sociedade, também se constitui num momento singular para podermos refletir acerca dos verdadeiros princípios de uma educação progressista, tão bem caracterizada pela obra do professor Paulo Freire.

No Brasil, vivenciamos uma avalanche de produção de textos oficiais que visam ajustar, estruturar e pôr em funcionamento uma nova escola. Temos como PCN's, Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretrizes Nacionais, Nova Legislação, LDB, Fundef, Resoluções, Pareceres..., além de consultores internacionais. Todo esse esforço para garantir a participação do nosso país no chamado segmento dos incluídos mundialmente, ou seja, submetidos à política econômica mundial, que divide o mundo entre países produtores de ciência e tecnologia e países meramente consumidores, onde se situa o Brasil. Está aí justificado o discurso de investimento especial no ensino íunda-mental (Fundef), em detrimento de investimento no ensino superior. Argumenta-se sobre a necessidade da melhoria do nível de escolarização fundamental dos

brasileiros e paralelamente se diminuí os investimentos no ensino superior, especialmente em pesquisa.

Se o governo brasileiro não tem autonomia para definir sobre os rumos da nossa educação! Se a reforma do ensino foi implementada em obediência a uma ordem econômica! O que esperar dos educadores? Dos educandos? E da Nação?

As evidências das tramas oficiais não têm deixado outra alternativa que não seja a luta por ética na educação e respeito à cidadania. Não se pode falar em reforma de ensino sem se levar em conta o profissional de educação e as legítimas necessidades da nossa sociedade. O que evidentemente não tem sido o objetivo das políticas públicas em educação (vide algumas medidas governamentais: o descaso com o ensino superior, o Fundef, o educar para vencer, as escolas modelo CLEM) e muito menos das gestões nas escolas particulares em nosso Estado.

Uma escola cidadã não pode se constituir num espaço de mais exclusão ou de legitimação de desigualdades e privilégios sócio-culturais. Logo, faz-se necessário enfrentarmos os discursos e ações que se sustentam numa lógica individualista, competitiva e otimizadora próprias do modelo neoliberal o nosso papel, o meu trabalho como educador e parlamentar, tem sido no sentido de garantir uma escola e uma educação mais democrática, com gestão participativa (Projeto de Eleições), com menos alunos em sala, com melhor valorização profissional, com mais recursos financeiros, com mais autonomia pedagógica, totalmente pública e gratuita, enfim **uma escola verdadeiramente cidadã!**